

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI – 04/08/2021

Aos quatro dias de agosto de dois mil e vinte e um, às quinze horas, deu-se início a 1ª (primeira) Reunião Extraordinária deste Conselho Fiscal, realizada no Colégio Pedro de Souza Rangel, tendo em vista a necessidade de distanciamento social pela pandemia da COVID-19 e falta de espaço adequado na sede da Autarquia, convocados através da Carta/CF/008/2021. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa e Rosemary Pereira Gonçalves. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Junho; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Junho; c) Relatório Mensal do Controle Interno do mês Junho/2021; d) Relatório Trimestral do Controle Interno – 2º Trimestre/2021; e) Balancete do mês de Junho/2021; f) Atualização da Segunda Versão da Avaliação Atuarial; g) Outros. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião0 saudando a todos os presentes e prosseguiu para apresentação do Relatório de Investimentos do Mês de Junho. Neste foi destacada a apuração de um retorno de R\$ 390.154,20 (trezentos e noventa mil, cento e cinqüenta e quatro reais e vinte centavos), representando um retorno do mês de 0,24% (zero vírgula vinte e quatro por cento) face uma meta mês de 0,99% (zero vírgula noventa e nove por cento), representando no ano uma meta acumulada de 6,58% (seis vírgula cinqüenta e oito por cento) em face de um retorno acumulado de 2,21% (dois vírgula vinte e um por cento) e um saldo no mês de R\$ 165.425.175,46 (cento e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos). Logo após, foi apresentado o Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI no mês de Junho, no qual foram detalhados os percentuais de alocação da carteira por categoria e segmento, sendo que na renda variável seis fundos apresentaram rentabilidade negativa - quatro do segmento de ações, que contou com uma alocação de 29,64% (vinte e nove vírgula sessenta e quatro por cento) dos recursos alocados, um de multimercado, segmento com 8,4% (oito vírgula quatro por cento) e o fundo imobiliário que teve 1,0% (um por cento) de alocação. Todos os fundos dos ativos no exterior tiveram rentabilidade negativa, enquanto em renda fixa, dos treze fundos que se encontravam com recursos alocados, oito apresentaram rentabilidade negativa. Já os dois fundos da taxa de administração tiveram rentabilidade positiva. Prosseguindo aos recursos financeiros, em junho de 2021, 55,63% (cinqüenta e cinco vírgula sessenta e três por cento) da carteira encontrou-se alocada em renda fixa, 38,98% (trinta e oito vírgula noventa e oito por cento) em renda variável, 5,37% (cinco vírgula trinta e sete por cento) em ativos no exterior e 0,01% (zero vírgula zero um) em DAV, totalizando um valor



global de R\$ 169.375.641,70 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos). Ademais continuou evidenciado que a Caixa Econômica Federal permanece a instituição financeira com maior volume de alocação de investimentos, com 32,69% (trinta e dois vírgula sessenta e nove por cento), seguida pelo BB Gestão de Recursos DTVM com 17,46% (dezessete vírgula quarenta e seis por cento) e Itaú Unibanco com 9,39% (nove vírgula trinta e nove por cento). Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, que demonstrou que durante o mês de junho foram utilizados R\$ 44.168,59 (quarenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal até o referido mês durante o exercício de R\$ 283.480,57 (duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e cinqüenta e sete centavos), e R\$ 54.157,73 (cinqüenta e quatro mil, cento e cinqüenta e sete reais e setenta e três centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado, estagiários e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 349.650,69 (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinqüenta reais e sessenta e nove centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até o fechamento de junho R\$ 633.131,26 (seiscentos e trinta e três mil, cento e trinta e um reais e vinte e seis centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinqüenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 977.929,30 (novecentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta centavos). Nesse sentido, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Junho que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 170.643.369,07 (cento e setenta milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais e sete centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Foi apresentado então, o Relatório Trimestral do Controle Interno referente ao 2º Trimestre de 2021 (abril, maio e junho), os pontos analisados pela Controladora, Carolina Tavares Lima foram os benefícios concedidos, sua manutenção e pagamentos, as capacitações realizadas pelos servidores, diretores e conselheiros, a arrecadação das contribuições previdenciárias, adiantamentos, patrimônio, transparência, renovação do certificado de regularidade previdenciária, certificado do Pró-Gestão, imagem institucional, avaliação dos serviços prestados. No relatório foi concluído pela regularidade dos procedimentos realizados na Autarquia dentro do período contemplado. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 8.695.663,70 (oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando,



portanto, um valor a pagar de R\$ 20.178.578,25 (vinte milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte cinco centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 12.898.512,92 (doze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e dois reais e noventa e dois centavos), restando um valor a pagar de R\$ 48.330.137,85 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos). Logo após, foi feita a leitura da atualização da 2ª versão da Avaliação Atuarial bem como da proposta de lei para equacionamento do déficit atuarial e instituição de alíquota suplementar para tal, devidamente aprovados pelos presentes. Após, a Diretora Presidente relatou ter ocorrido uma nova tentativa de fraude dos recursos do IPREVI por meio de solicitação de transferência de alocação com ofício fraudado. Mencionou que foi aberto um processo administrativo para apuração, bem como feita uma denúncia junto à delegacia. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Deliberativo manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 1ª Reunião Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

Anderson Antonio Rocha da Silva, Andrea
da Silva da Cunha, Jeremy Riva Gomes, Dal
inspeção de faz, junho de 2018